07.411.531/0001-16

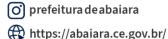


LEI MUNICIPAL № 588/2025

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2026/2029.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABAIARA, Estado do Ceará, no uso de suasatribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou o seguinte projeto de Lei.

- **Art. 1.º** Este Projeto de Lei institui o Plano Plurianual do Município de ABAIARA, Estado doCeará, para o período de 2026/2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 10.,da Constituição Federal, na forma dos anexos desta Lei.
- **Art. 2.º** O plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintesdiretrizes para a ação do governo Municipal:
- I garantir o direito e o acesso a programas de habitação popular à população debaixa renda, de modo a materializar a casa própria;
- II garantir aos alunos das escolas municipais melhores condições de ensino paraextinguir o absenteísmo;
- III criar condições para o desenvolvimento socioeconômico do Município, inclusivecom o objetivo de aumentar o nível de emprego e melhorar a distribuição de renda;
- IV realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária, cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;
- V ampliar as ações em serviços públicos de saúde e saneamento;
- VI Incentivar a extensão de atividades produtivas do meio rural;
- VII intensificar o atendimento à população carente, por meio de programasassistenciais;
- VIII difundir a cultura e o turismo do Município;
- XI dinamizar a arrecadação das receitas municipais.
- **Art. 3º** A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como ainclusão de novo programa, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de Leiespecífico, ou mediante a proposta da Lei Orçamentária e Leis que a altere no decorrer de cada exercício abrangido por esta Lei, sendo automaticamente recepcionadas essas alterações juntoa este Plano.
- § 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no presente planoplurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas programadas para o períodoabrangido, nos casos de:
- I alterações de indicadores de programas;
- II inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente noscasos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.
- § 2.º As modificações orçamentárias de que trata o artigo n.o 43 da Lei Federal4.320/64, ficam autorizadas no quadriênio de vigência deste Plano Plurianual, até o limite dareceita prevista em



SECRETARIA DE FINANÇAS

Rua Expedito Oliveira das Neves Nº 70, Centro – 63240-000 – Abaiara-Ce



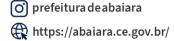
07.411.531/0001-16



cada exercício.

- **Art. 4º** Fica estabelecido o **Programa Municipal pela Primeira Infância**, que tem como finalidade tornar o desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 6 anos a prioridade absoluta nas políticas públicas e na alocação orçamentária do município.
- § 1º. Para fins desta Lei, entende-se por "Primeira Infância" o período que vai da gestação até os seis anos de idade, fase crucial para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social e emocional da criança.
- **§ 2º.** A prioridade absoluta a que se refere o *caput* será garantida por meio da articulação e da integração das ações entre todas as secretarias municipais, especialmente as de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte.
- Art. 5º O Poder Executivo Municipal terá o dever de destinar recursos orçamentários, de forma progressiva e prioritária, para programas e projetos que atendam às necessidades da Primeira Infância, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) e as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância.
- **Art.** 6º O monitoramento e a avaliação das ações destinadas à Primeira Infância serão realizados anualmente, com a divulgação de indicadores de resultado e a realização de audiências públicas para a prestação de contas.
- **Art. 7º** -Definição do conceito de Agenda Transversal, como "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicosalvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva"
- **Art. 8º** Indicação de que crianças e adolescentes serão uma das agendas transversais do PPA, como prioritárias.
- **Art. 9º** Previsão de que, até 120 dias após a publicação da lei, a Agenda Transversal completa será divulgada.
- **Art. 10º** A execução das despesas custeadas por recursos provenientes de convênios, com A União e O Estado, ficam condicionados à efetiva arrecadação daquela receita.
- **Art. 11º** Os valores financeiros despesas e necessidades de recursos contidos nesta Lei, estão orçados a preços vigentes em Julho de 2025 e serão atualizados, em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, pela variação do IGPM, ou outro índice que venha substituí-lo.
- Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Da Prefeitura Municipal De Abaiara(CE), Em 24 De setembro De 2025.



SECRETARIA DE FINANÇAS sec.financas@abaiara.ce.gov.br

Rua Expedito Oliveira das Neves Nº 70, Centro – 63240-000 – Abaiara-Ce





ANGELO FURTADO SAMPAIO

Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL Nº 588/2025

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2026/2029.

- **O PREFEITO MUNICIPAL DE ABAIARA**, Estado do Ceará, no uso de suasatribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou o seguinte projeto de Lei.
- **Art. 1.º** Este Projeto de Lei institui o Plano Plurianual do Município de ABAIARA, Estado doCeará, para o período de 2026/2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 10.,da Constituição Federal, na forma dos anexos desta Lei.
- **Art. 2.º** O plano Plurianual de Governo foi elaborado observando as seguintesdiretrizes para a ação do governo Municipal:
- I garantir o direito e o acesso a programas de habitação popular à população debaixa renda, de modo a materializar a casa própria;
- II garantir aos alunos das escolas municipais melhores condições de ensino paraextinguir o absenteísmo;
- III criar condições para o desenvolvimento socioeconômico do Município, inclusivecom o objetivo de aumentar o nível de emprego e melhorar a distribuição de renda;
- IV realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária,cíclica ou intermitente, que possam ser debelados ou erradicados por esse meio;
- V ampliar as ações em serviços públicos de saúde e saneamento;
- VI Incentivar a extensão de atividades produtivas do meio rural:
- VII intensificar o atendimento à população carente, por meio de programasassistenciais;
- VIII difundir a cultura e o turismo do Município;
- XI dinamizar a arrecadação das receitas municipais.
- **Art. 3º** A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como ainclusão de novo programa, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de Leiespecífico, ou mediante a proposta da Lei Orçamentária e Leis que a altere no decorrer de cada exercício abrangido por esta Lei, sendo automaticamente recepcionadas essas alterações juntoa este Plano.
- § 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações no presente planoplurianual, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas programadas para o períodoabrangido, nos casos de:
- I alterações de indicadores de programas;
- II inclusão, exclusão ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente noscasos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários.

- § 2.º As modificações orçamentárias de que trata o artigo n.o 43 da Lei Federal4.320/64, ficam autorizadas no quadriênio de vigência deste Plano Plurianual, até o limite dareceita prevista em cada exercício.
- **Art. 4º -** Fica estabelecido o **Programa Municipal pela Primeira Infância**, que tem como finalidade tornar o desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 6 anos a prioridade absoluta nas políticas públicas e na alocação orçamentária do município.
- § 1º. Para fins desta Lei, entende-se por "Primeira Infância" o período que vai da gestação até os seis anos de idade, fase crucial para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, social e emocional da criança.
- § 2°. A prioridade absoluta a que se refere o *caput* será garantida por meio da articulação e da integração das ações entre todas as secretarias municipais, especialmente as de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte.
- **Art. 5º** O Poder Executivo Municipal terá o dever de destinar recursos orçamentários, de forma progressiva e prioritária, para programas e projetos que atendam às necessidades da Primeira Infância, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) e as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância.
- **Art.** 6º O monitoramento e a avaliação das ações destinadas à Primeira Infância serão realizados anualmente, com a divulgação de indicadores de resultado e a realização de audiências públicas para a prestação de contas.
- **Art.** 7º -Definição do conceito de Agenda Transversal, como "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva"
- **Art. 8º** Indicação de que crianças e adolescentes serão uma das agendas transversais do PPA, como prioritárias.
- **Art. 9º** Previsão de que, até 120 dias após a publicação da lei, a Agenda Transversal completa será divulgada.
- **Art.** 10° A execução das despesas custeadas por recursos provenientes de convênios,com A União e O Estado, ficam condicionados à efetiva arrecadação daquela receita.
- **Art. 11º** Os valores financeiros despesas e necessidades de recursos contidos nesta Lei, estão orçados a preços vigentes em Julho de 2025 e serão atualizados, em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, pela variação do IGPM, ou outro índice que venha substituí-lo.
- Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Da Prefeitura Municipal De Abaiara(CE), Em 24 De setembro De 2025.

ANGELO FURTADO SAMPAIO Prefeito Municipal

> Publicado por: Cícero Gonçalves Dantas Código Identificador: A9F3AFD0

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará no dia 01/10/2025. Edição 3811 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: https://www.diariomunicipal.com.br/aprece/